



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

ATOS DO PREFEITO

DECRETO N.º 12.744 DE 26 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre o Conselho da APA Tinguá e dá outras providências.

O **PREFEITO DE NOVA IGUAÇU**, no exercício das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, e **CONSIDERANDO**:

I – disposto no art. 225, 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, que o poder público e a coletividade têm o dever de defender e preservar o meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

II – disposto no Decreto Federal n.º 4.340 de 22 de agosto de 2002, que regulamentou artigos inerentes ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, da Lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000;

III – disposto na Lei Municipal n.º 3.587, de 7 de julho de 2004, que criou a Área de Proteção Ambiental Tinguá;

IV – Lei do ICMS Ecológico, criado a partir da Lei Estadual n.º 5.100/2007;

V – Decreto Estadual n.º 46.884/2019, que estabelece definições técnicas para alocação do percentual a ser distribuído ao município em função do ICMS Ecológico;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Conselho da APA Tinguá, órgão de caráter deliberativo, vinculado ao Órgão Gestor da Política Ambiental Municipal;

Art. 2º. O Conselho da APA Tinguá, será composto por 12 membros titulares e seus respectivos suplentes, a serem designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, de forma paritária, sendo seis membros indicados pelo Chefe do Poder Executivo e seis membros não-governamentais a serem eleitos entre seus para da seguinte forma:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

a) cinco representantes titulares e seus respectivos suplentes da Prefeitura de Nova Iguaçu, contemplando preferencialmente as áreas de meio ambiente e agricultura, assistência social, saúde, educação, desenvolvimento econômico e turismo;

b) um representante titular e seu respectivo suplente de órgão estadual a fim.

II - REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS:

c) seis representantes titulares e seus respectivos suplentes não governamentais, contemplando preferencialmente os coletivos de pescadores, indústrias, comércio, serviços, comunidade científica, produtores rurais, entre outros coletivos atuantes no território da APA Tinguá.

Art. 3º. São atribuições do Conselho da APA Tinguá:

I – acompanhar a elaboração, adoção e eventual revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação;

II – buscar a integração da unidade de conservação com as demais áreas protegidas e o entorno;

III – esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade de conservação;

IV – tomar conhecimento do orçamento da unidade de conservação e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão gestor;

V – opinar sobre contratação e os dispositivos do termo de parceria, na hipótese de gestão compartilhada;

VI – manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto tanto dentro da unidade de conservação como em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos;

VII – propor diretrizes e ações para compatibilizar e integrar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade de conservação.

Art. 4º. O Conselho da APA Tinguá será presidido pelo administrador da unidade de conservação, que deverá ser designado pelo Órgão Gestor da Política Ambiental Municipal;

Art. 5º. A função do conselheiro é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 6º. O Regimento Interno do Conselho deverá ser elaborado no prazo de 60 dias, contados a partir do ato de posse dos primeiros conselheiros.

Art. 7º. O mandato dos conselheiros será de dois anos, admitida a reeleição.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

ROGÉRIO MARTINS LISBOA
Prefeito

Id. 03368/2022

DECRETO N.º 12.745 DE 26 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre o Conselho da APA Rio D'Ouro e dá outras providências.

O **PREFEITO DE NOVA IGUAÇU**, no exercício das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, e **CONSIDERANDO**:

I – disposto no art. 225, 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, que o poder público e a coletividade têm o dever de defender e preservar o meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

II – disposto no Decreto Federal n.º 4.340 de 22 de agosto de 2002, que regulamentou artigos inerentes ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, da Lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000;

III – disposto na Lei Municipal n.º 3.587, de 7 de julho de 2004, que criou a Área de Proteção Ambiental Rio D'Ouro;

IV – Lei do ICMS Ecológico, criado a partir da Lei Estadual n.º 5.100/2007;

V – Decreto Estadual n.º 46.884/2019, que estabelece definições técnicas para alocação do percentual a ser distribuído ao município em função do ICMS Ecológico;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Conselho da APA Rio D'Ouro, órgão de caráter deliberativo, vinculado ao Órgão Gestor da Política Ambiental Municipal;